

## Para um ensino religioso plural e inclusivo

For a plural and inclusive religious teaching

Paulo César Batista<sup>1</sup>

O livro *O Ensino Religioso na BNCC – teoria e prática para o Ensino Fundamental* recentemente publicado pela editora Vozes (2020) e organizado por Emerson Sena da Silveira e Sérgio Junqueira, traz importantes contribuições ao propor uma reflexão sobre o Ensino Religioso (ERE) à luz do documento Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC). É uma obra coletiva, composta de nove ensaios escritos por catorze autores, dentre os quais predominam filiados às Ciências da Religião, à Teologia e, em menor número, autores da área da Educação.

Embora o ERE esteja presente no currículo da educação básica já há algumas décadas, muitas controvérsias têm cercado esta disciplina. Segundo Gilberto Garcia, que prefacia a obra, ao longo dos debates para a formulação da BNCC as disparidades de percepção acerca do ERE já estavam latentes. Todavia, a despeito das controvérsias, o documento final estabeleceu alguns parâmetros fundamentais para esta disciplina, a saber: o ERE deve pautar-se pelo reconhecimento da diversidade e da pluralidade religiosa no Brasil; sugere-se que o trabalho pedagógico seja desenvolvido na perspectiva da não-confessionalidade e ter como fundamento teórico-metodológico as Ciências da Religião. Em resumo, todos os ensaios que compõe o livro em questão, tem como pano de fundo esses parâmetros.

O primeiro texto, escrito por Lurdes Caron e Lourival José Martins Filho, *Ensino Religioso: uma história em construção*, começa por afirmar que “o ERE continua em movimento horizontal, vertical e girando por todos os lados” (p.15). Portanto, para esses autores, mesmo após vinte anos, o ERE ainda carece de parâmetros claros e objetivos. Tal situação explicaria as disparidades no trabalho desenvolvido com os ERE nos sistemas de ensino (estados e municípios).

Os autores lembram que a Igreja católica foi a primeira instituição religiosa interessada na organização do trabalho do ERE. Todavia, mesmo após décadas de separação Igreja-Estado com a proclamação da república, durante um bom tempo, a legislação repetiu certas práticas do período colonial, ao pensar o ERE como o ensino da religião sem considerar as múltiplas transformações pelas quais passou a sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [prof.sezar@gmail.com](mailto:prof.sezar@gmail.com)

Caron e Filho apontam que há uma carência de cursos de formação para os professores de ERE, salvo exceções em alguns estados da Federação. Em função disso, sugerem que a prevalência de posturas confessionais no ERE ocorre, dentre outros fatores, devido à falta de formação adequada dos docentes. Para eles, tal postura deveria ser pautada numa perspectiva mais inclusiva, afinal, segundo a BNCC, o ERE não deve ser voltado para uma comunidade de fiéis e muito menos servir como um campo de missão.

Emerson Sena da Silveira e Dayana Dar’c e Silva da Silveira, em *Ciência(s) da Religião: um quadro de referências para o Ensino Religioso*, apresentam uma reflexão sobre a relação entre Ciências da religião (CR) e o Ensino religioso (ERE). Os autores, de início, afirmam que esta disciplina não possui uma estrutura nacional e uniforme de funcionamento, apesar da BNCC apontar nessa direção.

Ao apresentar os elementos básicos das CR, os autores procuram demonstrar a relevância destas ciências para o ERE. Nesse intuito, digno de destaque é a interessante seção na qual os autores elaboram um quadro sinótico com “autores, livros e/ou textos nas Ciências da Religião” (p.59). Os leitores que não têm familiaridade com a CR encontram ali um interessante e conciso roteiro de leitura e estudos.

Silveira & Silveira argumentam que as CR, ao contrário da Teologia, se coadunam melhor com as competências propostas pela BNCC. Outro ponto alto do texto é a apresentação de um quadro/roteiro no qual estão sugeridos os objetos de estudo e de conhecimento para cada ano e idade escolar. Todavia, a despeito de serem sugestões e uma vez adotando-as, questiono: Como encontrar espaço na grade curricular para que se trabalhe pedagogicamente a chamada parte diversificada tal como propõe a BNCC? Entretanto, os autores passam ao largo dessa questão que, na verdade, já tem sido dirigida à BNCC como um todo por alguns especialistas.

O terceiro texto, *O Ensino Religioso segundo a BNCC*, escrito por Sérgio Junqueira e Sonia Itoz, poderia figurar como abertura do livro, posto que seu foco é o tema que nomeia a obra. Os autores começam por salientar o status alcançado pelo ERE quando este passou à condição de Área do Conhecimento. Porém, desde então, esta disciplina tem sido alvo de emendas e projetos no intuito de reconsiderar esta posição (p.85).

Ao contrário dos demais, Junqueira e Itoz têm o cuidado de apresentar sintética e didaticamente o que é o documento denominado BNCC ao descrever os elementos principais que o compõe: Currículo – Competências Gerais – Estrutura, Objeto e Método. A partir deste documento, os autores destacam: “É norma que se trate academicamente, de forma didático-pedagógica, a compreensão das manifestações religiosas e de suas contribuições para as sociedades humanas” (p.74).

Assim como no capítulo precedente, estes autores também apresentam um quadro, para cada ano escolar, estruturando os objetos do conhecimento a serem

trabalhados acrescidos das respectivas habilidades/competências que, em síntese, todo o processo educativo deve convergir. Por fim, segundo Junqueira e Itoz, a proposta da BNCC perpassa uma variedade de tradições religiosas com o objetivo principal de desenvolver nos educandos as competências e habilidades necessárias para se relacionar com o outro, com a alteridade.

Em Diretrizes do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular, o quarto texto da coletânea, Elisa Rodrigues afirma que o debate sobre o ERE - como componente curricular - não é novo e que, embora desde a proclamação da República, tenha havido a emancipação da educação da influência católica, durante muito tempo perdurou a noção de que a educação era domínio religioso.

A autora também reconhece na Igreja Católica uma preocupação permanente em pautar o ERE nas escolas públicas, com o argumento de que haveria uma indissociável catolicidade em nossa cultura nacional. Em diálogo com a bibliografia contemporânea, a autora questiona se o ERE, num contexto de mudanças no campo religioso nas últimas décadas, tem contemplado tais transformações pelas quais a sociedade brasileira tem passado.

O grande destaque no ensaio de Elisa Rodrigues é a sugestão de que a construção do conhecimento sobre as religiões deve ter em vista a valorização da diversidade dos saberes e das vivências culturais das diferentes tradições religiosas (p.104). Segundo a autora, ao propor o ensino “sobre a religião” em vez de um “ensino de religião”, a BNCC objetiva ampliar o horizonte de conhecimento sobre o fenômeno religioso nas suas múltiplas variações. Afinal, pode-se concluir, é para a alteridade e para a diversidade que deve apontar o ERE.

Em Conhecimento religioso: possibilidades de aprendizagem a partir da BNCC, Edile Maria F. Rodrigues, na mesma linha dos outros autores, enfatiza que a riqueza da diversidade cultural e religiosa brasileira precisa ser valorizada no espaço escolar, bem como “a opção de não crença” (p.104) pois, afinal, tanto os crentes quanto os não-crentes buscam, cada uma à sua maneira, respostas às grandes questões existenciais.

Ancorada em clássicos como R. Otto e M. Eliade, a autora advoga que o estudo do fenômeno religioso tem um papel fundamental, pois cada uma das tradições religiosas pode oferecer um conjunto de sentidos e valores para os seres humanos (p.116). Da antropologia, a autora se apropria da discussão sobre a cultura, na qual a religião é apontada como elemento inerente desta e, de certa forma, presente no processo de construção dos valores e comportamentos que diferem as civilizações entre si.

Por fim, o grande destaque do texto de Edile Maria F. Rodrigues está na reflexão sobre uma pergunta que, não raro, é dirigida aos professores de ERE: “Por que é preciso estudar isso? Qual é o sentido desse conhecimento” (p.127). Sem apresentar uma resposta objetiva para essas questões, a autora sugere que se deve adotar em sala de aula, uma postura transdisciplinar para que o trabalho com o ERE seja significativo para os alunos.

O sexto texto da coletânea, Metodologia e didática em face da BNCC de autoria de Cláudia Regina Kluck, começa por afirmar que a diversidade é nosso traço cultural inegável e que toda a educação e o ERE, em especial, não podem perder de vista essa dimensão da nossa identidade. Nesse sentido, ao sintetizar a estrutura geral da BNCC (Área – Componente curricular – Objeto de estudo – Competências e Habilidades) para o ERE, a autora afirma que o documento pretende suprimir “definitivamente o ensino de uma religião hegemônica, valorizando-se as diferentes expressões religiosas” (p. 136).

Em 2017, o STF reconheceu a legitimidade do ERE confessional . Todavia, a proposta da BNCC aponta noutra direção . Em vez de se trabalhar sob o modelo confessional, o documento sugere que toda atividade pedagógica seja desenvolvida sob a perspectiva da não confessionalidade, do reconhecimento e do trato respeitoso de nossa pluralidade religiosa. Entretanto, isto não é ponto pacificado pois, apesar da previsão legal, ainda persistem disputas acerca do melhor modelo a ser adotado.

Um tema absolutamente relevante e delicado, mas ausente nos demais textos, é abordado por Kluck. Segundo ela, há uma dificuldade de conciliar coerentemente a bagagem pessoal (subjetividade) do professor e o trato acadêmico do objeto de estudo do ERE (p.139). Em função disso, a autora afirma a necessidade de se adotar uma metodologia ativa no trabalho pedagógico. Ao professor é sugerido uma atitude constante de “anamnese interna” (p.139) no intuito de dimensionar a própria isenção necessária ao fazer pedagógico. Por fim, ela argumenta, durante o processo de ensino-aprendizagem, uma postura interessada e respeitosa do professor pode se refletir numa predisposição dos estudantes ao acolhimento e ao diálogo com a diversidade religiosa.

O texto mais contundente do livro aqui analisado foi produzido pelo sociólogo Marcos Vinícius de F. Reis. Em Diversidade religiosa e cultural e a BNCC, o autor afirma que desconsiderar o pluralismo religioso ao adotar a perspectiva proselitista, não só constitui uma ilegalidade, como se mostra um verdadeiro “desserviço para o aprendizado dos alunos no tocante à matéria de religião” (p. 157).

O autor dialoga com parte da literatura sociológica que versa sobre as mudanças no campo religioso brasileiro. Todavia, ele comunga da percepção que esta nossa diversidade religiosa, no fundo, não seria tão diversa assim pois, na verdade, os dados censitários têm apontado muito mais para um “pluralismo cristão” (p. 159), do que para uma pluralidade efetiva nas nossas matrizes religiosas. Esta tem sido uma discussão recorrente entre os cientistas sociais.

Marcos Vinícius de F. Reis, ao discorrer brevemente sobre o campo religioso brasileiro contemporâneo que tem sido atravessado por disputas religiosas, dá nome aos agentes sociais, pois ele afirma que “o ERE tem sido pautado por parlamentares católicos e evangélicos que defendem o ensino confessional [para o ERE] a partir da lógica judaico-cristã.” E que estes, portanto, não aceitam o ensino plural e diverso (p. 165). Para o autor, falta aos sistemas de ensino um arcabouço

legal que normatize um ERE pautado nos valores da laicidade e da diversidade religiosa (p.165). Todavia, a BNCC homologada em 2017, vem oferecer orientações pedagógicas para que esta disciplina seja oferecida a partir desses mesmos valores que já estavam expressos desde a Constituição de 1988.

Em Identidade e alteridade na BNCC: importância para o Ensino Religioso na perspectiva das Ciências da Religião, Gilbraz Aragão reafirma como horizonte último do ERE a valorização tanto da singularidade quanto da diversidade humana. O trabalho com esta disciplina deve levar os alunos à “identificação e ao apreço por diferenças e semelhanças entre si e os outros” (p.179). Na BNCC e na legislação precedente, a abordagem do fenômeno religioso sob a ótica das Ciências da religião, pode contribuir para a formação integral do cidadão. Todavia, não se deve confundir, esclarece Aragão, a BNCC propõe um estudo sobre a religião e sobre a espiritualidade e não uma educação para a prática religiosa ou para a formação de uma comunidade de fiéis.

O autor destaca a importância de se trabalhar, dentre outros temas, a temática identidades e alteridades. Segundo Gilbraz Aragão, os anos iniciais do ERE são momentos oportunos para que se desperte nos alunos o respeito às semelhanças e às diferenças entre os indivíduos. Enquanto patrimônio cultural da humanidade, as religiões e os elementos que as constituem, devem ser trabalhados numa perspectiva analítica e como dimensões da cultura e não como um dado em si em mesmo (p. 178).

A partir da BNCC, segundo o autor, pode-se concluir que o trabalho do ERE deve convergir para a construção de uma “ética da alteridade”. Assim, considerando que o ser humano é um ser que se constitui a partir de múltiplas relações, a escola, ao reconhecer e valorizar a qualidade daquele que é o outro, ajuda a promover uma educação voltada para a coexistência no sentido mais amplo da palavra.

Matheus O. Costa e Fábio L. Stern apresentam um texto digno de nota. Em Crenças religiosas e filosofias de vida na BNCC: importância para o Ensino Religioso sob a perspectiva da Ciência da Religião, os autores procuram discutir a proposta do eito temático Crenças religiosas e filosofias de vida. Tal como na Ciência da Religião, o docente responsável pelo ERE deve utilizar pensamentos e linguagem mais neutra e respeitosa em relação às diferentes religiões (p. 188).

Os autores destacam a importância e a força de princípios éticos e morais seculares que são seguidos por “pessoas sem religião” e que têm sobre estas o poder de influenciar suas vidas e condutas. (p. 191). Nas pesquisas sobre o ERE nas escolas públicas é comum, entre as justificativas para a inclusão desta disciplina, a alegação da necessidade do ERE para a transmissão de valores éticos e morais aos jovens. Todavia, o texto de Costa e Stern tem o mérito de lembrar que esses elementos não são um monopólio das religiões.

Ao discorrerem sobre os objetos de conhecimento a serem trabalhados do 4º ao 8º ano (na Educação Básica) e as competências a serem desenvolvidas, os

autores tangenciam o tema do pluralismo. Afinal, no espaço público, convivem diferentes cosmovisões (religiosas e seculares) que dão sentido e orientam a vida das pessoas. Por fim, no texto há a defesa de que os alunos devem ser educados para desenvolver uma atitude de respeito com aqueles cujos princípios e valores não têm como fonte o universo religioso (p. 206). Desta forma, pode-se afirmar, Matheus O. Costa e Fábio L. Stern, fecham com maestria esta coletânea.

O livro organizado por Emerson S. da Silveira e Sérgio Junqueira atinge o objetivo a que propôs com muita propriedade e competência e, ademais, possui inúmeras virtudes: discute e esclarece alguns temas relevantes da BNCC; propõe um itinerário para o trabalho pedagógico dos professores; sugere um roteiro de leitura para os não familiarizados com as ciências da religião e, dentro dos limites da obra, apresenta a estrutura básica da BNCC no tocante ao ERE.

Todavia, em relação à BNCC apresentada no livro, ao final da leitura, tem-se a sensação de que estamos diante de uma proposta para o ERE que não tem encontrado eco nas salas de aula. No levantamento que tenho feito para minha tese de doutoramento, não raro, transparece uma realidade que está longe do ideal proposto pela BNCC, pois o trabalho com o ERE tem sido marcado por proselitismos e desrespeito às minorias religiosas.

Também, à luz da experiência no ensino fundamental e médio, o resultado final proposto neste documento parece um ideal de difícil consecução. Já existem críticas acerca da quantidade de temas e objetos de conhecimento que, na BNCC, são apresentados como “básicos” e o pouco tempo que faltaria para o trabalho pedagógico com a chamada parte diversificada. Todavia, nenhuma linha crítica sobre isso consta no livro organizado por Silveira e Junqueira. Transparece mais o endosso à BNCC e falta-nos uma leitura mais crítica ao documento, no sentido de pensá-lo à luz da realidade concreta das salas de aula.

Por fim, a despeito dessas críticas, o livro tem o grande mérito de destacar que o ERE está proposto como uma reflexão sobre a religião e não para a religião; Também está destacado que esta disciplina não pode prescindir de reflexões sobre alteridade, diversidade, filosofias de vida e pluralismo. Enfim, se a educação para o século XXI, conforme propõe a UNESCO, deve ajudar nossos alunos a aprender a conviver, o ERE disposto na BNCC pode apontar nessa direção.

Tudo posto, pode-se afirmar que O Ensino Religioso na BNCC – teoria e prática para o ensino fundamental é um livro que merece ser lido com interesse e atenção. Num contexto de polarização política e de debate ideológico, no qual a educação tem sido uma das principais vítimas, é em boa hora que esta obra da Editora Vozes chega até nós. Afinal, o entendimento e o modelo de trabalho para o ERE podem revelar que tipo de sociedade queremos construir.

## Referência

SENA, Emerson S. da. & JUNQUEIRA, Sérgio. (Orgs.). **O Ensino Religioso na BNCC – teoria e prática para o Ensino Fundamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

*Submetido em: 17/05/21*

*Aceito em: 03/02/22*